



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PERCURSO HISTÓRICO

Gezilda Borges de Souza*
(UESB)

Renata Meira Veras**
(UESB)

Vitória Ferreira Barreto***
(UESB)

RESUMO

Novos modelos de formação acadêmica e cidadã exigem a formulação de políticas pedagógicas que articulem, de forma inovadora e criativa, o ensino e a pesquisa através da extensão, possibilitando a correlação transformadora entre universidade e sociedade. O presente artigo objetiva analisar o percurso histórico da extensão universitária tendo como suporte metodológico a pesquisa bibliográfica e a análise documental das bases legislativas que legitimam o desenvolvimento das atividades de extensão nas universidades. Evidencia-se a necessidade de ampliação de discussões sobre esse tema e indica-se a criação de espaços para o diálogo e a difusão dos saberes trocados entre os sujeitos de dentro e de fora da universidade, tendo em vista que diferentes olhares sobre a extensão significam diferentes conceituações sobre a instituição universitária e diferentes posicionamentos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Sociedade. Extensão.

INTRODUÇÃO

A instituição universitária chegou ao Brasil tardiamente, trazendo na sua estruturação os modelos europeu e americano. Em sua fase inicial, tinha como função apenas o ensino formal, o qual era transmitido de maneira isolada, a seguir,

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU) IHAC-UFBA. Agências de financiamento: Capes. E-mail: gelborges@hotmail.com.

** Prof.^a Adjunto do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU) e do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde- IHAC-UFBA. E-mail: renata.veras@ufba.br.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação dos Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU) IHAC-UFBA. Agências de financiamento: FAPESB. E-mail: vitoriaferreirabarreto@gmail.com. Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. Linha: Extensão Universitária.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

incorporou-se à pesquisa e, recentemente, à extensão, que se legitimou como a terceira função da universidade. Porém, entende-se que, as três funções foram exercidas isoladamente, sem vínculos entre si.

Os conceitos sobre universidade e suas múltiplas funções são complexos, múltiplos e dinâmicos, portanto, mudam de acordo com o tempo e espaço. Concorde-se com o pensamento de Almeida Filho (2007) quando afirma que “a universidade compreende toda a riqueza e diversidade da cultura, da ciência e da arte” e assim, torna-se um lugar legitimado para a construção e difusão dos saberes, além da troca de conhecimentos com a sociedade a qual está inserida. Portanto, formar intelectuais competentes e comprometidos com a produção e difusão de conhecimentos, cidadãos conscientes do seu papel é uma entre as suas complexas missões.

Entretanto, para que essa função seja exercida, novos paradigmas são imprescindíveis para a formulação de políticas pedagógicas inovadoras e criativas, nas quais haja articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade (ALMEIDA FILHO et al., 2007, p.4). Os produtores de conhecimentos necessitam estar comprometidos com a transformação social e “a universidade não pode estar fechada em si mesma” (ALMEIDA FILHO, p. 15, 2007). Além de produzir, faz-se necessário que os pesquisadores exponham seus resultados e busquem aprender com aqueles que estão fora das instituições.

Em 1988, a Extensão Universitária legitimou-se como atividade acadêmica e foi incluída na Constituição da República Federativa do Brasil, permitindo uma conceituação inovadora no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Com este novo paradigma, as atividades extensionistas têm como função articular a pesquisa e o ensino, possibilitando a convivência dos sujeitos acadêmicos com a população excluída da participação nos processos sociais, portanto, facilitando a relação transformadora entre universidade e sociedade.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Conhecer a realidades dos sujeitos, que estão fora dos muros acadêmicos, torna-se essencial para a produção e divulgação de conhecimentos, possibilitando a abertura de canais para a transformação destes fenômenos sociais através de políticas públicas direcionadas aos menos favorecidos. Logo, constrói-se “uma instituição academicamente competente e politicamente responsável, engajada na luta por uma sociedade democrática, sustentável, mais justa e cada vez menos desigual” (ALMEIDA FILHO,2007,p.170).Sendo assim, para exercer a sua missão com o social,a Universidade Públicanecessita privilegiar a excelência e a competência dos sujeitos que a permeia,tornando-os instrumentosmediadoresnas relações, buscando o desenvolvimento e o bem-estar social.

A relevância de empreender um estudo sobre a importância dos projetos de extensão, em especial o seu potencial emancipador, reporta-se ao conceito de conhecimento-emancipação de Santos (2001). Esse autor considera como emancipador aquele conhecimento que faz refletir as consequências de seus atos, na qual a relação sujeito-objeto é substituída pela reciprocidade entre os sujeitos, sendo que a solidariedade e a participação estão presentes.

Objetivando analisar o percurso histórico da extensão universitária, esse estudofundamentou-se em teóricos que se debruçaram nos estudos sobre a Universidade e investigou-seas bases legislativas através do Plano Nacional de Extensão Universitária.

No século XVIII, para responder às demandas da sociedade, resultadas da Revolução Industrial, a universidade começa a cogitar novas maneiras para aproximar-se dos sujeitos sociais, que estão fora da universidade. À vista disto, conforme Sousa (2010, p. 14) e Nogueira (2005, p. 16), as atividades extensionistas surgem na Europa, na Universidade de Oxford, Inglaterra, em 1845 e, em 1860 iniciam-se, essas atividades, nos Estados Unidos.

As atividades educacionais, através de cursos de pequena duração, eram direcionadas à população adulta sem restrição de classes sociais, assegurando uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

educação continuada e uma formação tecnicista com o propósito de suprir as necessidades que o novo modelo de produção exigia. A partir deste modelo, surgem as universidades populares na Inglaterra - com relevância -, na Alemanha, França, Bélgica e Itália. Mesmo pensando em uma educação continuada e dirigida a quaisquer classes sociais, os cursos das universidades populares acabaram sendo direcionados à classe dominada, desfavorecida, com a finalidade de 'iluminá-la'. Ratificando com a teoria freiriana, a extensão era levada por sujeitos que acreditavam serem apenas eles, os detentores do conhecimento - opressores - "para aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem" - oprimidos - (FREIRE, 2011, p.25).

Nos Estados Unidos, a extensão universitária surge a partir da década de 1860 através da prestação de serviços, tanto na zona rural como na zona urbana. Entretanto, se na Europa as universidades populares surgiram do esforço de intelectuais academicistas, nos Estados Unidos essas atividades surgiram por "iniciativa de instituições oficiais" (GURGEL, 1986, p.32) e iniciaram-se através de duas propostas distintas: a extensão cooperativa ou rural e a extensão universitária ou geral.

Conforme aponta Gurgel, a extensão cooperativa foi reconhecida com a promulgação da Lei Smith Lever, em 1914, e era desenvolvida em parceria com o governo federal, dos estados - por meio das universidades *Land Grant* - dos municípios e das cidades. As universidades *Land Grant* desenvolviam as atividades extensionistas através de "assistência técnica aos agricultores, da economia doméstica e da organização da juventude" (GURGEL, 1986, p. 60-61). Já a extensão universitária foi planejada a partir do modelo europeu, no qual um grupo de professores desenvolvia atividades educativas para adultos. Segundo Gurgel, esse modelo legitimou-se quando William Harper - primeiro dirigente da universidade de Chicago - "as incluiu como atividade regular de sua proposta de educação" (GURGEL, 1986, p.61). Após a legitimidade da extensão, foram incorporadas



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

cláusulas direcionadas às atividades extramuros com cursos de duração variada e, geralmente, com creditação acadêmica. Nesse modelo foram ofertados cursos por correspondência, cursos noturnos e para preparação de professores.

Compreende-se que essas práticas visavam acabar com o distanciamento entre a universidade e os problemas sociais. A tentativa era inovadora e facilitaria a interação entre os sujeitos sociais de dentro e de fora dos espaços acadêmicos. No entanto, as atividades que deveriam ser transformadoras – emancipadoras – e possibilitar novas perspectivas para o ensino e a pesquisa, articulando-os, terminaram se adequando aos modelos ultrapassados, repetindo dessa forma, o ensino de maneira tradicional através da transmissão dos saberes e de forma assistencialista.

No ano de 1918, em Córdoba, Argentina, o Movimento Estudantil revolucionou o ensino tradicional e com paradigmas inovadores, os estudantes idealizaram uma universidade aberta e democrática. Uma característica marcante do Movimento Estudantil na América Latina foi a aliança entre trabalhadores e os estudantes, possivelmente, esta aliança foi facilitadora para a criação das Universidades Populares.

O objetivo principal da luta dos estudantes pela reforma universitária, conforme Sousa (2010, p. 15), era a transformação da Universidade Latino-Americana para assumir seu compromisso social. Os estudantes, insatisfeitos com os métodos autoritários empregados, lutaram por transformações de interesse coletivo. Conforme Gurgel, os estudantes reivindicaram “a gratuidade do ensino; a periodicidade da cátedra; a reorganização dos métodos, dos conteúdos e técnicas acadêmicas; qualificação dos docentes para modernizar seus métodos de ensino e acesso democrático dos estudantes na universidade” (GURGEL, 1986, p. 36).

Dessa forma, as atividades extensionistas são pensadas como objetivadoras do “fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

pela maior preocupação com os problemas nacionais” (GURGEL, 1986, p. 36). As bases deste pensamento estavam numa extensão universitária processual, comprometida com transformações sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir da militância política dos docentes e discentes.

O Movimento Estudantil de Córdoba foi um referencial para vários países latino-americanos a exemplo dos estudantes brasileiros que, em 1937, criaram o Movimento Estudantil inspirados nos estudantes argentinos e, posteriormente, consolidou-se através da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a criação da UNE, os estudantes brasileiros conscientizaram-se dos problemas sociais que o Brasil enfrentava.

Os estudantes brasileiros sempre estiveram à frente dos acontecimentos que permeavam o cenário histórico nacional. Serrano afirma: “a força política dos jovens universitários, principalmente aqueles que estudavam fora do país, e que na Europa sofreram a influência dos ideais da Revolução Francesa e da força do movimento dos trabalhadores ingleses, transformaram os acontecimentos no Brasil Colonial” (2005, p. 5). Encontram-se estudantes envolvidos em diversas ações e em momentos diferentes da nossa história – no período colonial – como cita Sousa (2010) os jovens foram contrários à Invasão Francesa de 1710, no Rio de Janeiro, ou em 1788, conspiraram na Inconfidência Mineira.

No Brasil Imperial (1822-1889), jovens estudantes estiveram envolvidos em movimentos a favor da Abolição da Escravatura e na luta pela República, contudo eram envoltimentos pontuais, mas, mesmo assim, já mostravam inquietação com os problemas nacionais. Todavia, foi no século XX, que os estudantes, influenciados pelo Movimento Estudantil de Córdoba, inovaram com ações criativas diante dos fenômenos sociais e influenciaram nas transformações dentro dos espaços universitários. Os estudantes foram responsáveis pela criação das Universidades Populares.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

De acordo Jezine (2001), as Universidades Populares no Brasil ficaram conhecidas como Universidades Livres e as primeiras foram a Escola Livre Universitária de Manaus em 1909 - criada no ciclo da borracha -; a Universidade Livre de São Paulo em 1911 e a Universidade do Paraná em 1912. Contudo, conforme Gurgel (1986) foi na Universidade Livre de São Paulo que se definiu a formulação das primeiras atividades extensionistas do país: os cursos de extensão. Estes cursos, apesar da variedade de temas e abertos a todos que quisessem participar, não despertavam o interesse da população, pois não havia a interação entre a população e os acadêmicos. Os temas dos cursos conhecidos como “aulas públicas” eram definidos apenas pelos acadêmicos e, geralmente, estavam distantes dos problemas vivenciados pela população.

A Universidade chega tardiamente no cenário brasileiro e traz como única função o ensino, somente mais tarde que incorpora como segunda missão a pesquisa e, mesmo assim, sem compromisso com o ensino, então, por muito tempo as duas funções: ensinar e pesquisar trilharam caminhos distintos. O local adotado para exercer a função de ensinar era o espaço da sala de aula, ali o conhecimento era transmitido para os alunos de maneira tradicional, geralmente com aulas expositivas. De um modo geral, a pesquisa era feita em espaços isolados, distantes dos alunos e dos “objetos” pesquisados. Naquele momento, a extensão não fazia parte daquele contexto.

A extensão chega à Universidade Brasileira inspirada no modelo das Universidades Europeias do século XIX, que caracterizavam-se por campanhas de saúde e assistência às populações carentes. Ela tinha como característica o assistencialismo, o qual servia para justificar as deficiências da Universidade e do seu distanciamento dos grupos sociais que não tinham acesso a esse espaço acadêmico. Inicialmente, a extensão surge no cenário acadêmico como ações pontuais, esporádicas e regionalizadas por segmentos de alguns intelectuais, sendo assim, a extensão não era reconhecida e nem tão pouco, institucionalizada.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária aparecem no Estatuto da Universidade Brasileira / Decreto-Lei no 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 4.024, de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. (BRASIL, 2007). De acordo com Freire (2011), a extensão iniciou-se no Brasil, de maneira autoritária por parte da universidade, a qual desconsiderava a cultura popular, apresentava-se como detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância. Naquele momento, a extensão se referia à promoção de palestras e conferências direcionadas apenas às classes populares. Freire (2011) afirma que os modelos extensionistas, adotados inicialmente no Brasil, serviram para transformar o homem em “coisa”, negando-lhe o direito da transformação.

Entende-se que a extensão, mesmo sendo oficializada e reconhecida, ainda não havia uma preocupação em conhecer e apreender os saberes populares. Não havia comunicação entre os sujeitos, o conhecimento era levado por “via de mão única” de maneira autoritária. Essa prática da extensão é entendida quando a universidade leva seus conhecimentos à sociedade através da prestação de serviços e de cursos, objetivando expandir o conhecimento produzido academicamente e ignorando os saberes populares.

Como educador democrático, Freire (2001, p. 26) diz que “no termo extensão, está implícita a ação de depositar algo em alguém” e ao agir dessa forma, a extensão tinha como objetivo levar o conhecimento do sujeito ativo – aquele que estende – de maneira estática, ao sujeito que será “enchido” de conhecimentos, tornando-os objetos, domesticando-os. Freire reafirma o seu pensamento quando diz que o educador deve ser um comunicador, usando a dialogicidade como instrumento para permear as relações entre os sujeitos e torná-las mais humanizadas.

Um novo conhecimento, para Freire (2011), só acontece quando há comunicação e troca de saberes nas atividades desenvolvidas entre os sujeitos,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

porém quando o conhecimento é estendido, é transmitido por aqueles que estão nos espaços acadêmicos para os que estão extramuros, tratando-os como objetos “vazios” e transformando-os em depósitos de “conhecimentos”, nesse sentido, não há educação libertadora, transformadora, mas o que há é uma prática “domesticadora” e antidialógica.

Para Freire, no assistencialismo não há diálogo e os assistidos são vistos como pessoas passivas e inativas, e aponta que o assistencialismo pode até afastar ainda mais os sujeitos da universidade, pois sem a troca de conhecimentos, os saberes dessas pessoas serão ignorados. Portanto, entende-se que, a extensão como caráter do assistencialismo é manipuladora, imposta, sem os devidos conhecimentos das reais necessidades dos sujeitos assistidos.

O ideal seria a prática acadêmica institucional citada por Serrano (2005), a qual é realizada como “via de mão dupla”, quando a universidade contribui para as camadas populares e dão retorno ao produzir e difundir conhecimentos. Assim, a extensão universitária é entendida como troca de benefícios entre a universidade e a sociedade, há uma retroalimentação.

Depreende-se então, que a extensão carece de uma conceituação clara e precisa e como deve ser sua prática, pois na interação com a sociedade tem demonstrado que depende de vários fatores, entre eles, o momento histórico o qual o nosso país está inserido. Em consequência dessa falta de clareza e da multiplicidade conceitual, as críticas apresentadas foram pertinentes para ampliar as discussões e debates sobre a questão, o que gerou a necessidade da construção, em novembro de 1987, do Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, com participação de trinta e três universidades públicas.

A ampliação das discussões sobre as funções das universidades fez com que constasse na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Artigo 207 (BRASIL, 2006), que o ensino, a pesquisa e a extensão representam o eixo



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

fundamental da universidade brasileira e não devem ser indissociáveis. Entretanto, para que estas transformações aconteçam é necessário que a Reforma Universitária iniciada em 2008 continue em compasso com as reais necessidades e objetivos da sociedade à qual pertence. Compartilhando deste pensamento, Santos (2010, p. 73) pontua que “a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão”. Este autor afirma que isto implicaria tanto nas reformas dos currículos assim como nas carreiras dos docentes. É relevante que os currículos sejam criativos e flexíveis para que as universidades tenham “participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”. (SANTOS, 2010, p.73). Seguindo esta visão, a Universidade do século XXI tem procurado ser uma instituição formadora de cidadãos, que buscam a construção criativa e a formação política, estar aberta a novas práticas sociais e modelos de desenvolvimento sustentado, voltando-se para o aproveitamento dos recursos do país e para o estudo de seus fenômenos sociais.

A extensão foilegitimada como atividade acadêmica e incluída na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como “um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (BRASIL, 2000/2001, p 5). As atividades de Extensão Universitária, atentas à formação cidadã dos acadêmicos e a transformação do país, têm uma relação de compromisso social, político e científico com a sociedade.

Com essa nova percepção, a extensão passa a desempenhar o papel de articuladora entre o ensino e a pesquisa, assim é vista como uma metodologia, uma estratégia democratizante, apontando para uma universidade preocupada com os fenômenos sociais contemporâneos, objetivando encontrar soluções através da pesquisa e realimentar o processo ensino-aprendizagem com intervenções concretas. Deste modo, o ensino para ser eficaz necessita estar relacionado com a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

pesquisa e os pesquisadores deverão ser responsáveis por atividades inovadoras para tornar os conhecimentos acessíveis a todos. Entende-se que as ações inovadoras necessitam estar articuladas com os cidadãos dentro e fora do contexto universitário. Faz-se necessário um fluxo dos sujeitos como difusores dos conhecimentos que foram trocados, aprendidos e apreendidos nos diversos contextos.

CONCLUSÕES

A universidade deve ser pensada como uma instituição formadora de sujeitos críticos e capazes de ações transformadoras, preocupados com a coletividade, sensíveis às desigualdades sociais, buscando sempre alternativas criativas para saná-las, senão, atenuá-las. Sujeitos que saberão interagir com a sociedade e que buscarão soluções criativas para os fenômenos sociais. Portanto, cabe à Universidade, através dos educadores, incentivar e despertar nos estudantes o desejo para buscar novos conhecimentos como sujeitos ativos, instigantes e curiosos, articulando a extensão com o ensino e a pesquisa.

Estas ações apresentam-se como um dos caminhos favoráveis à formação consciente dos estudantes, atrelando a formação acadêmica aos problemas reais da sociedade. Compreende-se que, através da convivência e da do diálogo, os estudantes terão uma visão mais ampla dos problemas sociais, de forma que possam refletir sobre as intervenções nestes contextos. Por fim, ressaltamos que é imprescindível promover debates sobre as complexas e múltiplas missões da Universidade, pois as divergências apresentadas sobre o papel da extensão universitária comprovam a necessidade de enfatizar as discussões sobre este tema. Portanto, a importância de discussões reflexivas e críticas, fundamentadas nas concepções de estudiosos sobre o papel das extensões, se faz pertinente para que



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

seu entendimento sirva como instrumento democratizante, emancipador e de empoderamento aos cidadãos que estão dentro e fora dos cenários acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos.** Brasília, DF: Editora de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Naomar de. MELLO, Alex Fiúza de. RIBEIRO, Renato Janine. **Por uma universidade socialmente relevante.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza, Brasília: Editora UnB, 2007. Acesso em: 10 de dez /2011.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05/10/1988. Obra coletiva: Coleção Saraiva de legislação. 39 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2006

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Edição Atualizada Brasil 2000 / 2001. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. 2002.

_____. **Extensão Universitária: organização e sistematização/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras organização:** Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação.** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** 3. edição - São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; V.11).

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária.** Campinas, SP: Alínea, 2000.